

RAFAEL CARVALHO REZENDE OLIVEIRA

LICITAÇÕES e CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Teoria e Prática

12^a
edição

revista,
atualizada
e ampliada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 03.02.2023
- O autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2023 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Aurélio Corrêa
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

O51L

Oliveira, Rafael Carvalho Rezende

Licitações e contratos administrativos: teoria e prática / Rafael Carvalho Rezende Oliveira. – 12. ed.
– Rio de Janeiro: Forense, 2023.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5964-747-7

1. Direito administrativo – Brasil. 2. Licitação pública – Legislação – Brasil. 3. Contratos administrativos – Brasil. 4. Serviço público – Brasil – Concursos. I. Título.



23-82334

CDU: 342.9(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – LICITAÇÃO	1
1.1. Conceito, objetivos e função regulatória.....	1
1.2. Fontes normativas.....	6
1.3. Competência legislativa e aplicação da Lei de Licitações.....	8
1.4. Princípios da licitação	12
1.4.1. Princípio da competitividade	13
1.4.2. Princípio da isonomia	14
1.4.3. Princípio da vinculação ao edital.....	15
1.4.4. Princípio do procedimento formal (formalismo moderado)	16
1.4.5. Princípio do julgamento objetivo	17
1.4.6. Princípio do planejamento	17
1.4.7. Princípio do desenvolvimento nacional sustentável	17
1.4.8. Princípios da publicidade e da transparência	20
1.4.9. Princípios da eficiência, da celeridade e da economicidade	21
1.4.10. Princípios da segregação de funções.....	22
1.5. Objeto da licitação	23
1.5.1. Obras e serviços de engenharia	26
1.5.1.1. Projeto básico, projeto executivo e outras exigências legais.....	27
1.5.1.2. Vedações e impedimentos	29
1.5.1.3. Formas de execução: direta e indireta	31
1.5.1.4. Execução indireta: empreitada por preço global, empreitada por preço unitário, empreitada integral e tarefa	31
1.5.1.5. Obras e serviços de engenharia na Lei 14.133/2021	32
1.5.2. Serviços	34
1.5.2.1. Terceirização: a superação da distinção entre atividade-meio × atividade-fim	35

1.5.2.2.	Contrato de gestão para ocupação de imóveis públicos (contrato de <i>facilities</i>).....	39
1.5.2.3.	Quarteirização	41
1.5.2.4.	Serviços técnicos profissionais especializados	42
1.5.2.5.	Serviços de publicidade	43
1.5.2.6.	Serviços na Lei 14.133/2021	44
1.5.3.	Compras	46
1.5.3.1.	Indicação de marcas, amostras e certificados de qualidade.....	46
1.5.3.2.	Princípio da padronização	47
1.5.3.3.	Preferência do Sistema de Registro de Preços (SRP)	48
1.5.3.4.	Divisibilidade do objeto e licitação por item.....	48
1.5.3.5.	Compras na Lei 14.133/2021	49
1.5.4.	Alienações	55
1.5.4.1.	Alienações na Lei 14.133/2021	55
1.5.5.	Locação de imóveis na Lei 8.666/1993 e na Lei 14.133/2021.....	56
1.5.6.	Licitações internacionais na Lei 14.133/2021.....	57
1.6.	Agente de contratação e comissão de contratação	59
1.7.	Impedimentos para participação nas licitações e nos contratos	65
1.8.	Sistema de Registro de Preços (SRP) na Lei 8.666/1993	68
1.8.1.	Procedimentos auxiliares na Lei 14.133/2021.....	79
1.8.1.1.	Credenciamento	79
1.8.1.2.	Pré-qualificação.....	80
1.8.1.3.	Procedimento de manifestação de interesse (PMI).....	83
1.8.1.4.	Sistema de registro de preços (SRP)	84
1.8.1.5.	Registro cadastral	89
1.9.	Destinatários da regra da licitação.....	91
1.9.1.	Administração Pública direta.....	91
1.9.2.	Administração Pública indireta	92
1.9.2.1.	Licitação nas empresas estatais (Lei 13.303/2016)	92
1.9.2.2.	Características principais	96
1.9.3.	Entidades controladas direta ou indiretamente pelo Poder Público ...	110
1.10.	Contratação direta.....	111
1.10.1.	Licitação dispensada (art. 17 da Lei 8.666/1993).....	112
1.10.2.	Dispensa de licitação (art. 24 da Lei 8.666/1993 e art. 4.º da Lei 13.979/2020)	116
1.10.2.1.	Valor reduzido (art. 24, I e II)	117
1.10.2.2.	Situações emergenciais (art. 24, III, IV e XXXV)	119
1.10.2.3.	Licitação deserta (art. 24, V).....	120
1.10.2.4.	Intervenção no domínio econômico (art. 24, VI).....	121
1.10.2.5.	Licitação frustrada (art. 24, VII)	121

1.10.2.6.	Contratação de entidades administrativas (art. 24, VIII, XVI e XXIII)	123
1.10.2.7.	Segurança nacional (art. 24, IX).....	126
1.10.2.8.	Compra e locação de imóveis (art. 24, X)	127
1.10.2.9.	Complementação do objeto contratual (art. 24, XI)	127
1.10.2.10.	Gêneros perecíveis (art. 24, XII)	128
1.10.2.11.	Entidades sem fins lucrativos (art. 24, XIII, XX, XXIV, XXXIII e XXXIV)	128
1.10.2.12.	Negócios internacionais (art. 24, XIV).....	132
1.10.2.13.	Obras de arte (art. 24, XV).....	132
1.10.2.14.	Necessidade de manutenção de garantias (art. 24, XVII)....	133
1.10.2.15.	Forças Armadas (art. 24, XVIII, XIX e XXIX)	133
1.10.2.16.	Bens destinados à pesquisa (art. 24, XXI).....	134
1.10.2.17.	Serviços públicos concedidos (art. 24, XXII)	135
1.10.2.18.	Transferência de tecnologia e incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica (art. 24, XXV, XXXI e XXXII)	135
1.10.2.19.	Contratos de programa (art. 24, XXVI)	137
1.10.2.20.	Catadores de materiais recicláveis (art. 24, XXVII).....	137
1.10.2.21.	Alta complexidade tecnológica (art. 24, XXVIII)	138
1.10.2.22.	Assistência técnica e extensão rural (art. 24, XXX).....	138
1.10.2.23.	Regras especiais de dispensa aplicáveis aos consórcios públicos, sociedades de economia mista, empresas públicas e agências executivas (art. 24, § 1.º)	138
1.10.2.24.	Dispensa de licitação para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus: art. 4.º da Lei 13.979/2020 e Lei 14.065/2020	140
1.10.3.	Inexigibilidade de licitação (art. 25 da Lei 8.666/1993).....	146
1.10.3.1.	Fornecedor exclusivo (art. 25, I)	147
1.10.3.2.	Serviços técnicos especializados (art. 25, II)	148
1.10.3.3.	Artistas consagrados (art. 25, III)	151
1.10.3.4.	Credenciamento	151
1.10.4.	Contratação direta na Lei 14.133/2021	153
1.10.4.1.	Inexigibilidade de licitação (art. 74 da Lei 14.133/2021)....	153
1.10.4.2.	Dispensa de licitação (art. 75 da Lei 14.133/2021)	158
1.10.4.3.	Licitação dispensada (art. 76, I e II, da Lei 14.133/2021)...	167
1.11.	Modalidades	168
1.11.1.	Concorrência	169
1.11.2.	Tomada de preços e o registro cadastral	170
1.11.3.	Convite	173
1.11.4.	Concurso.....	174
1.11.5.	Leilão	175

1.11.6.	Pregão.....	175
1.11.6.1.	Pregão eletrônico em âmbito federal: visão geral do Decreto 10.024/2019	180
1.11.6.1.1.	Objeto e âmbito de aplicação do Decreto 10.024/2019	180
1.11.6.1.2.	Princípios aplicáveis ao pregão eletrônico federal.....	181
1.11.6.1.3.	Hipóteses de inaplicabilidade do pregão eletrônico.....	182
1.11.6.1.4.	Forma de realização	182
1.11.6.1.5.	Critérios de julgamento das propostas	183
1.11.6.1.6.	Etapas do pregão eletrônico	183
1.11.6.1.7.	Saneamento ou convalidação	191
1.11.6.1.8.	Assinatura do contrato ou da ata de registro de preços	191
1.11.6.1.9.	Sanções.....	192
1.11.6.1.10.	Revogação e anulação do certame	192
1.11.6.1.11.	Sistema de dispensa eletrônica	192
1.11.6.2.	Pregão nas obras e serviços de engenharia: controvérsias ...	193
1.11.6.3.	Pregão na contratação de equipamentos e serviços de informática.....	194
1.11.7.	Consulta	195
1.11.8.	Modalidades de licitação na Lei 14.133/2021	195
1.11.8.1.	Pregão	196
1.11.8.2.	Concorrência	197
1.11.8.3.	Concurso	198
1.11.8.4.	Leilão.....	198
1.11.8.5.	Diálogo competitivo	199
1.12.	Procedimento.....	202
1.12.1.	Fases da licitação: preparatória (ou interna) e externa	203
1.12.2.	Edital.....	206
1.12.3.	Habilitação.....	207
1.12.3.1.	Habilitação jurídica.....	208
1.12.3.2.	Qualificação técnica.....	209
1.12.3.3.	Qualificação econômico-financeira.....	210
1.12.3.4.	Regularidade fiscal e trabalhista.....	211
1.12.3.5.	Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7.º da CRFB	215
1.12.4.	Julgamento (tipos de licitação) e classificação	215
1.12.5.	Homologação e adjudicação.....	217
1.12.6.	Procedimento na Lei 14.133/2021	219

1.12.6.1.	Fases do processo de licitação e a preferência pela forma eletrônica	219
1.12.6.2.	Fase interna ou preparatória.....	221
1.12.6.3.	Administração Pública Consensual e Gerencial: audiências públicas, consultas públicas e repartição de riscos....	229
1.12.6.4.	Valor estimado da contratação: possibilidade de orçamento sigiloso ou publicidade diferida	230
1.12.6.5.	Edital.....	234
1.12.6.6.	Margem de preferência.....	240
1.12.6.7.	Apresentação de propostas e lances.....	243
1.12.6.8.	Julgamento	246
1.12.6.9.	Habilitação	251
1.12.6.10.	Encerramento da licitação	256
1.13.	Anulação e revogação da licitação	257
1.13.1.	Anulação e revogação na Lei 14.133/2021.....	258
1.14.	Recursos administrativos.....	259
1.14.1.	Impugnações, pedidos de esclarecimentos e recursos na Lei 14.133/2021.....	260
1.15.	Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)	262
CAPÍTULO 2 – TEMAS ESPECIAIS DE LICITAÇÕES		265
2.1.	Cooperativas nas licitações.....	265
2.2.	Microempresas e empresas de pequeno porte (LC 123/2006) e o tratamento diferenciado nas licitações	267
2.2.1.	Saneamento de falhas na regularidade fiscal e trabalhista	268
2.2.2.	Empate ficto ou presumido	269
2.2.3.	Possibilidade de licitações diferenciadas	270
2.2.4.	Exigências para aplicação do tratamento diferenciado previsto na LC 123/2006.....	274
2.2.5.	Cédula de crédito microempresarial.....	276
2.2.6.	Aplicação do tratamento diferenciado da LC 123/2006 às cooperativas.....	276
2.2.7.	ME e EPP na Lei 14.133/2021	276
2.3.	A participação de consórcios empresariais nas licitações	277
2.3.1.	Consórcios empresariais na Lei 8.666/1993	277
2.3.2.	Consórcios empresariais na Lei 14.133/2021	279
2.4.	Desnecessidade de licitação para celebração de convênios e o processo seletivo objetivo	281
2.5.	Licitação nas concessões de serviços públicos.....	284
2.5.1.	Concessões comuns (Lei 8.987/1995): peculiaridades.....	284

2.5.1.1.	Projeto básico, projeto executivo e Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI): elaboração por entidades privadas e participação na licitação para contratação de concessão comum de serviços públicos	284
2.5.1.2.	Modalidade de licitação	287
2.5.1.3.	Tipos de licitação.....	288
2.5.1.4.	Contratação direta: dispensa e inexigibilidade	288
2.5.2.	Concessões especiais (Lei 11.079/2004) – Parcerias Público-Privadas (PPPs): peculiaridades.....	290
2.5.2.1.	Projeto básico, projeto executivo e Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI): elaboração por entidades privadas e participação na licitação para contratação de concessão especial de serviços públicos (PPPs)	290
2.5.2.2.	Justificativa para formatação da PPP.....	292
2.5.2.3.	PPP e responsabilidade fiscal: a interpretação do art. 28 da Lei 11.079/2004	293
2.5.2.4.	Edital e consulta pública.....	297
2.5.2.5.	Licenciamento ambiental	298
2.5.2.6.	Necessidade de autorização legislativa em determinados casos	299
2.5.2.7.	Modalidade de licitação: concorrência, lances de viva voz e inversão de fases	299
2.5.2.8.	Qualificação técnica e tipos de licitação	300
2.5.2.9.	Saneamento de falhas	302
2.6.	Licitação nos consórcios públicos.....	302
2.6.1.	Valores diferenciados para escolha da modalidade de licitação (art. 23, § 8.º, da Lei 8.666/1993).....	302
2.6.2.	Dispensa de licitação (art. 24, XXVI, da Lei 8.666/1993 e art. 75, XI, da Lei 14.133/2021)	303
2.6.3.	Valores diferenciados para dispensa de licitação (art. 24, § 1.º, da Lei 8.666/1993 e art. 75, § 2.º, da Lei 14.133/2021)	304
2.6.4.	Licitação compartilhada (art. 112 da Lei 8.666/1993)	305
2.7.	Licitação no Terceiro Setor: aspectos polêmicos.....	305
2.7.1.	Terceiro Setor: visão geral.....	305
2.7.2.	Obrigatoriedade de processo objetivo de seleção para celebração do contrato de gestão e do termo de parceria.....	307
2.7.3.	A controvérsia a respeito da necessidade de licitação nas contratações com dinheiro público pelo Terceiro Setor	309
2.8.	A função regulatória das licitações e contratações públicas	311
2.8.1.	Introdução	311
2.8.2.	A função regulatória da licitação	311
2.8.3.	O Direito Administrativo pós-positivista, o pluralismo e a legitimidade das licitações públicas: efetivação do desenvolvimento nacional	315

2.8.4.	A função regulatória na Lei 8.666/1993.....	320
2.8.5.	A função regulatória na Lei 14.133/2021.....	329
2.9.	Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC): visão geral	330
2.9.1.	Introdução	330
2.9.2.	Discussão quanto à constitucionalidade da Lei 12.462/2011.....	332
2.9.3.	Objeto e finalidades do RDC	334
2.9.4.	Princípios e diretrizes do RDC: a função regulatória da licitação	336
2.9.5.	Aquisição de bens: peculiaridades.....	338
2.9.5.1.	Indicação de marca	339
2.9.5.2.	Amostras	339
2.9.5.3.	Certificados de qualidade	339
2.9.5.4.	Solidariedade do fabricante	340
2.9.6.	Contratação integrada.....	341
2.9.7.	Contrato de desempenho e remuneração variável.....	343
2.9.8.	Inversão da ordem das fases de habilitação e julgamento	344
2.9.9.	Regras especiais sobre publicidade: orçamento sigiloso e publicação dos atos.....	345
2.9.10.	Lances verbais e intermediários.....	347
2.9.11.	Critérios de julgamento	348
2.9.12.	Critérios de desempate.....	349
2.9.13.	Pré-qualificação permanente	350
2.9.14.	Registros cadastrais	351
2.9.15.	Sistema de Registro de Preços (SRP).....	351
2.9.16.	Catálogo eletrônico de padronização.....	353
2.9.17.	Comissão de licitação	353
2.9.18.	Contratação direta	353
2.9.19.	Condições para participação nas licitações e para contratações	354
2.9.20.	Contratos no RDC	355
2.9.21.	Recursos administrativos.....	356
2.9.22.	Sanções administrativas.....	357
2.10.	Licitações inclusivas: os impactos do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) nas contratações públicas	357
2.10.1.	Introdução	357
2.10.2.	A proteção das pessoas com deficiência no Direito Administrativo...	358
2.10.3.	Licitações inclusivas e os impactos promovidos pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) na Lei 8.666/1993: a função regulatória da licitação e a função social dos contratos administrativos.....	360
2.10.4.	Licitações inclusivas e a Lei 14.133/2021	365
2.11.	Licitações e contratações de soluções inovadoras pela Administração Pública: o regime jurídico da LC 182/2021	365
2.12.	Licitações públicas e a “teoria dos leilões”	371

CAPÍTULO 3 – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	375
3.1. Conceito e a dicotomia contrato administrativo × contrato privado.....	375
3.2. Fontes normativas e competência legislativa.....	377
3.3. Sujeitos do contrato.....	378
3.4. Características.....	380
3.4.1. Formalismo moderado	380
3.4.2. Bilateralidade	381
3.4.3. Comutatividade.....	382
3.4.4. Personalíssimo (<i>intuitu personae</i>)	382
3.4.5. Desequilíbrio	382
3.4.6. Instabilidade	383
3.5. Formalização do contrato, garantias, alocação de riscos e pagamentos.....	383
3.5.1. Formalização dos contratos na Lei 14.133/2021.....	386
3.5.2. Garantias na Lei 14.133/2021.....	391
3.5.3. Alocação de riscos na Lei 14.133/2021	394
3.6. Cláusulas exorbitantes	396
3.6.1. Alteração unilateral	396
3.6.2. Rescisão unilateral	400
3.6.3. Fiscalização	400
3.6.4. Aplicação de sanções	402
3.6.5. Ocupação provisória	402
3.6.6. Outras cláusulas exorbitantes	403
3.6.7. A releitura das cláusulas exorbitantes	403
3.6.8. Cláusulas exorbitantes na Lei 14.133/2021.....	404
3.7. Equilíbrio econômico-financeiro dos contratos	406
3.7.1. Reajuste	406
3.7.2. Revisão	409
3.7.3. Atualização financeira.....	410
3.7.4. Repactuação.....	410
3.7.5. Revisão, reajuste, repactuação e atualização monetária na Lei 14.133/2021.....	413
3.8. Duração dos contratos	416
3.8.1. Contratos por prazo certo e contratos por escopo	416
3.8.2. Regra geral da duração: vigência do crédito orçamentário	416
3.8.3. Exceções: contratos com prazo superior à vigência do orçamento	417
3.8.4. Duração dos contratos na Lei 14.133/2021	422
3.9. Prorrogação dos contratos	428
3.10. Inexecução contratual	430
3.10.1. Inexecução culposa.....	430
3.10.1.1. Exceção de contrato não cumprido (<i>exceptio non adimpleti contractus</i>)	431

3.10.2.	Inexecução sem culpa	432
3.10.2.1.	Teoria da imprevisão	434
3.10.2.2.	Fato do príncipe	434
3.10.2.3.	Caso fortuito e força maior	435
3.11.	Extinção dos contratos	436
3.11.1.	Motivos, formas e consequências da rescisão contratual	436
3.11.2.	Mecanismos de resolução de conflitos administrativos: negociação, mediação, arbitragem e os <i>dispute boards</i>	437
3.11.3.	Arbitragem nos contratos administrativos	438
3.11.3.1.	Arbitrabilidade subjetiva (Administração Pública) e objetiva (direitos disponíveis)	440
3.11.3.2.	Arbitragem de direito e a vedação da arbitragem por equidade	441
3.11.3.3.	A publicidade da arbitragem na Administração Pública ...	442
3.11.3.4.	Regulamentação e autonomia federativa	443
3.11.3.5.	Cláusula compromissória e compromisso arbitral	443
3.11.3.6.	Arbitragem e a relativização de prerrogativas administrativas	445
3.11.3.7.	Arbitragem <i>ad hoc</i> ou institucional	447
3.11.3.8.	Árbitro ou tribunal arbitral	448
3.11.3.9.	Escolha do árbitro ou instituição arbitral: inexigibilidade de licitação	448
3.11.3.10.	Interrupção da prescrição	450
3.11.4.	Mediação e autocomposição de conflitos na Administração Pública	450
3.11.5.	Extinção dos contratos na Lei 14.133/2021	451
3.11.5.1.	Motivos para extinção dos contratos administrativos	451
3.11.5.2.	Extinção unilateral, consensual, judicial ou arbitral	455
3.11.5.3.	Meios alternativos de resolução de controvérsias: conciliação, mediação, comitê de resolução de disputas (<i>dispute boards</i>) e a arbitragem	456
3.11.5.4.	Nulidade dos contratos	457
3.11.5.5.	Recebimento do objeto contratual	460
3.11.5.6.	Pagamentos	461
3.12.	Sanções administrativas	463
3.12.1.	Infrações e sanções administrativas na Lei 14.133/2021	468
3.13.	Controle das licitações e dos contratos	475
3.13.1.	Controle das licitações e dos contratos na Lei 14.133/2021	477
3.14.	Responsabilidade civil nos contratos administrativos	485
3.14.1.	Responsabilidade primária do contratado e responsabilidade subsidiária do Estado pela má execução do contrato	485

3.14.2.	Responsabilidade do Estado nas terceirizações pelos encargos trabalhistas e previdenciários.....	486
3.14.3.	Responsabilidade pessoal do parecerista nas licitações.....	489
3.14.4.	Responsabilidade do Estado, das concessionárias e permissionárias de serviços públicos	491

CAPÍTULO 4 – TEMAS ESPECIAIS DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 493

4.1.	Contratos de concessão de serviço público	493
4.1.1.	Contrato de concessão comum de serviço público (Lei 8.987/1995)...	494
4.1.1.1.	Cláusulas essenciais	495
4.1.1.2.	Prazo	495
4.1.1.3.	Prorrogação	496
4.1.1.4.	Subcontratação, subconcessão e transferência da concessão ou do controle acionário	499
4.1.1.5.	Encargos do poder concedente e da concessionária.....	500
4.1.1.6.	Direitos e obrigações dos usuários.....	502
4.1.1.7.	Extinção do contrato de concessão.....	503
4.1.1.7.1.	Advento do termo contratual.....	504
4.1.1.7.2.	Encampação	504
4.1.1.7.3.	Caducidade.....	505
4.1.1.7.4.	Rescisão.....	507
4.1.1.7.5.	Anulação.....	508
4.1.1.7.6.	Falência ou desaparecimento do concessionário	508
4.1.1.7.7.	Distrato, acordo ou extinção amigável	509
4.1.1.7.8.	Caso fortuito e força maior	510
4.1.1.8.	Arbitragem nos contratos de concessão.....	510
4.1.1.9.	Reversão dos bens	511
4.1.2.	Contrato de concessão especial de serviço público (Lei 11.079/2004)...	511
4.1.2.1.	Origem e fontes normativas.....	511
4.1.2.2.	Conceito: PPP em sentido amplo e PPP em sentido restrito.....	512
4.1.2.3.	Espécies de PPPs: patrocinada e administrativa	513
4.1.2.4.	Principais características da concessão especial – PPP...	514
4.1.2.4.1.	Remuneração do concessionário.....	515
4.1.2.4.2.	Repartição objetiva de riscos	517
4.1.2.4.3.	Valor mínimo do contrato.....	519
4.1.2.4.4.	Prazo contratual.....	520
4.1.2.4.5.	Objeto complexo.....	521
4.1.2.4.6.	Cláusulas essenciais.....	521
4.1.2.4.7.	Sociedade de Propósito Específico (SPE).....	522

4.1.2.4.8.	Garantias diferenciadas e o Fundo Garantidor de Parcerias (FGP).....	524
4.1.2.4.9.	Verificador Independente nas concessões comuns e PPPs	526
4.2.	Convênios administrativos.....	527
4.3.	Convênios de natureza financeira: convênios, contratos de repasse e termo de cooperação (Decreto 6.170/2007, Decreto 7.568/2011 e Portaria Interministerial 424/2016)	531
4.4.	Contrato de gestão	536
4.4.1.	Contrato de gestão interno ou endógeno ou “contrato de desempenho”	536
4.4.2.	Contrato de gestão externo ou exógeno	538
4.5.	Termo de parceria.....	539
4.6.	O novo marco regulatório das parcerias entre a administração e as Organizações da Sociedade Civil (OSCS): aspectos relevantes da Lei 13.019/2014.....	541
4.6.1.	Introdução	541
4.6.2.	A abrangência federativa da Lei 13.019/2014 e a necessidade de sua interpretação conforme a Constituição	542
4.6.3.	O âmbito de aplicação da Lei 13.019/2014 às entidades privadas sem fins lucrativos e às entidades da Administração Pública	544
4.6.4.	Procedimentos de seleção de entidades parceiras	546
4.6.4.1.	Procedimento de Manifestação de Interesse Social (PMIS)	546
4.6.4.2.	A exigência de chamamento público para seleção de organizações da sociedade civil.....	547
4.6.5.	Instrumentos jurídicos de parcerias entre a Administração e as organizações da sociedade civil: termo de colaboração, termo de fomento e acordo de cooperação	551
4.6.6.	Contratações realizadas pelas organizações da sociedade civil	557
4.6.7.	Atuação em rede de organizações da sociedade civil.....	560
4.6.8.	Transparência, participação social, prestação de contas e <i>accountability</i>	560
4.6.9.	Destino dos bens remanescentes	562
4.6.10.	Responsabilidade civil e sanções administrativas.....	562
4.6.11.	Benefícios para OSCs	564
4.7.	Contrato de consórcio público	564
4.7.1.	Conceito e fontes normativas	564
4.7.2.	Características principais dos consórcios públicos antes e depois da Lei 11.107/2005	565
4.7.3.	Constitucionalidade das normas gerais sobre consórcios	567
4.7.4.	Partícipes do consórcio público	569
4.7.5.	Procedimento para instituição do consórcio público	569
4.7.6.	Personificação do consórcio.....	571

4.7.6.1.	Consórcio público de direito público: associação pública....	571
4.7.6.2.	Consórcio público de direito privado.....	573
4.7.7.	Contrato de rateio.....	574
4.7.8.	Contrato de programa.....	575
4.8.	Contratos das empresas estatais.....	576
4.9.	Programas de integridade (<i>compliance</i>) nas contratações públicas	579
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		583